

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

263 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 26 a 30 de janeiro de 2026

1. SESSÃO SOLENE DO PE - DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO	1
2. CIMEIRA UE - ÍNDIA - ACORDO COMERCIAL	1
3. GRONELÂNDIA - DOCUMENTO DE SÍNTESE	3
4. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES	5
Secretário-Geral da NATO - SEDE e AFET	5
INTA - Acordo comercial UE/EUA	5
IMCO - avaliação da sede da Autoridade Aduaneira Europeia (EUCA)	6
5. CONSELHO DE MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA UE: IRÃO	6
6. REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS	7
7. AGÊNCIA EUROPEIA E DEFESA - CONFERÊNCIA ANUAL	7
8. QFP 2028-34 E RECURSOS PRÓPRIOS - TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU	8
9. REUNIÕES DO CONSELHO	9
10. AGENDA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. SESSÃO SOLENE DO PE - DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO¹

A sessão plenária do Parlamento Europeu assinalou, a 27 de janeiro, o **Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto**, data que evoca a libertação do campo de concentração nazi de Auschwitz em 1945 (detalhe [aqui](#)). Na abertura da cerimónia, a Presidente Roberta Metsola sublinhou a atualidade do dever da memória num contexto de recrudescimento do ódio: *“Hoje, o antissemitismo propaga-se mais rapidamente do que nunca, amplificado em linha e transformando velhas mentiras em realidades mortais”*. Recordar o Holocausto, afirmou, implica *“confrontar o ódio onde quer que ele surja”* e dar conteúdo político e ético ao compromisso do *“Nunca Mais”*, enquanto orientação para *“as escolhas que fazemos hoje e a Europa que escolbemos construir em conjunto”*. A intervenção foi seguida de um momento musical, com a canção Beautiful That Way, de Nicola Piovani.



O ponto central da cerimónia foi o testemunho da sobrevivente do Holocausto **Tatiana Bucci**, que relatou a deportação da sua família para Auschwitz-Birkenau em 1944 e a sobrevivência, ainda criança, juntamente com a irmã Andra e o primo Sergio. Tatiana explicou como o facto de ela e a irmã terem sido confundidas como gémeas contribuiu para escaparem às câmaras de gás, descrevendo a normalização do horror no quotidiano do campo: *“Habituei-me imediatamente àquela vida (...) que não era vida, mas morte”*. Evocou ainda o destino trágico do primo Sergio, deportado para outro campo e *“brutalmente assassinado, pendurado em ganchos de talhante”*, sublinhando a arbitrariedade e a crueldade do sistema de extermínio nazi.

Após a libertação, Tatiana e Andra passaram por um orfanato em Inglaterra antes de reencontrarem os pais em Itália, em 1946. Já em Roma, confrontaram-se com fotografias de crianças judias assassinadas após a razia do gueto em 1943, experiência que marcou profundamente a sobrevivente. Na sua mensagem final, Tatiana Bucci ligou memória e esperança, desejando *“que todas as crianças do mundo possam ter a vida que eu pude ter depois da guerra”*, reafirmando, apesar de tudo, que *“a vida é bela”*. A sessão terminou com um minuto de silêncio e uma interpretação musical de Kaddish, de Maurice Ravel, reforçando o carácter memorial do momento.

2. CIMEIRA UE - ÍNDIA - ACORDO COMERCIAL

A **16.ª Cimeira UE-Índia**, realizada em Nova Deli a 27 de janeiro de 2026, marcou um avanço decisivo na parceria entre a União Europeia e a Índia, num contexto de profunda reconfiguração da ordem internacional. Representada pelo Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a UE concluiu com a Índia as negociações do **acordo de comércio livre**, apresentado como instrumento estratégico de estabilidade geopolítica e crescimento económico, num quadro em que ambas

¹Fonte: serviço de imprensa do PE, incluindo a foto.

as partes representam cerca de um quinto do comércio mundial. Como sublinhou António Costa, **“o comércio é um estabilizador crucial a nível geopolítico e um motor fundamental para o crescimento económico”**. Em paralelo, foi celebrada a **Parceria de Segurança e Defesa UE-Índia**, abrangendo domínios como a segurança marítima, as ciberameaças, a indústria de defesa, o espaço e a luta contra o terrorismo, afirmando a interligação entre a segurança europeia e a do Indo-Pacífico (todo o detalhe desta parceria pode ser consultado [aqui](#)). O Presidente do Conselho Europeu sintetizou o alcance político deste passo ao afirmar que **“para que haja prosperidade, é necessário haver segurança”**, defendendo o reforço da cooperação para **“atingir um novo nível de confiança estratégica”** entre dois parceiros empenhados na defesa de uma ordem internacional assente em regras.



Foi adotada uma declaração comum ([aqui](#)).

As **relações comerciais entre a União Europeia e a Índia** assumem uma dimensão estratégica global, refletindo o peso conjunto das duas maiores democracias do mundo, que representam cerca de **25 % da população mundial e quase um quinto do comércio internacional (mais detalhes [aqui](#))**.

A UE é atualmente o **segundo maior parceiro comercial da Índia**, à frente dos Estados Unidos, concentrando **11,5 % do comércio de mercadorias indiano**, num relacionamento económico em forte expansão: em 2024, o comércio bilateral de bens ultrapassou **120 mil milhões de euros**, tendo duplicado na última década, com um crescimento particularmente expressivo das importações europeias (+140 %). A dinâmica estende-se ao comércio de serviços, que mais do que duplicou no mesmo período, atingindo **mais de 66 mil milhões de euros**, com destaque para os serviços digitais, empresariais e de transporte. Este relacionamento é sustentado por uma presença económica europeia profunda na Índia, sendo a UE o **principal investidor estrangeiro**, com **mais de 132 mil milhões de euros em investimento direto** e **cerca de 6 000 empresas europeias** no país, responsáveis por aproximadamente **três milhões de empregos diretos**. No seu conjunto, estes dados evidenciam uma interdependência económica sólida, que sustenta a ambição comum de promover prosperidade partilhada, cadeias de valor resilientes e uma ordem económica internacional assente em regras.



No final da Cimeira, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, sublinhou ([aqui](#)) a **abertura de um novo capítulo na parceria UE-Índia**, estruturado em **torno de três mensagens centrais**: i) a **indissociabilidade entre prosperidade e segurança**, materializada na conclusão do acordo de comércio livre — de “importância

histórica” num mundo multipolar — e na assinatura da Parceria de Segurança e Defesa; ii) *a responsabilidade partilhada das duas maiores democracias do mundo na defesa do multilateralismo e do direito internacional*, com as Nações Unidas como pilar central, incluindo o compromisso com uma paz justa e duradoura na Ucrânia; e, por fim, iii) *a necessidade de uma liderança conjunta em matérias globais*, como a transição climática, a energia limpa e a conectividade estratégica, sublinhando que a Agenda Estratégica Conjunta UE-Índia para 2030 constitui um marco concreto de liderança cooperativa num sistema internacional em transformação.

Estes resultados foram amplamente saudados pelos Deputados ao Parlamento Europeu, que os qualificaram como um avanço político relevante em favor do comércio livre, da segurança e da ordem internacional assente em regras. David McAllister, presidente da Comissão dos Assuntos Externos (AFET), afirmou que a cimeira *“envia um forte sinal político”* num contexto de *“mudança geopolítica significativa e incerteza global”*, refletindo um *“compromisso partilhado com a ordem internacional assente em regras e com o comércio livre”*. Bernd Lange, presidente da Comissão do Comércio Internacional (INTA), sublinhou que o acordo permite explorar plenamente o potencial económico da relação bilateral e que o compromisso da UE e da Índia com o comércio mundial baseado em regras *“traz estabilidade ao sistema internacional”*.

Por seu turno, Angelika Niebler, presidente da Delegação para as Relações com a Índia, destacou que o conjunto dos resultados da 16.^a cimeira fornece os instrumentos necessários para levar a parceria UE-Índia ao seu pleno potencial, defendendo que esta deve também assentar na *“construção de confiança e de laços entre as nossas sociedades e os nossos povos”*. Já Vladimir Prebilič, relator permanente para a Índia na AFET, considerou que o acordo comercial representa *“um grande passo em frente”* e um sinal claro de que a Europa compreende o momento geopolítico atual. Por fim, Cristina Maestre, relatora permanente para a Índia na INTA, sublinhou a dimensão histórica da criação de uma zona de comércio livre envolvendo cerca de dois mil milhões de pessoas, reconhecendo que alcançar um acordo equilibrado e ambicioso *“não foi fácil”*, mas salientando que o empenho político ao mais alto nível foi *“extraordinário”* e que os resultados são *“muito positivos”*, nomeadamente no que respeita à sustentabilidade e ao respeito pelos direitos humanos.

3. GRONELÂNDIA - DOCUMENTO DE SÍNTESE

Temos vindo a dar nota, em Sínteses anteriores (cfr. Síntese n.º [261](#) e [262](#)), dos mais recentes desenvolvimentos sobre a **Gronelândia** e as pretensões da atual Administração dos EUA relativamente a esse território. Esta semana, o representante do Parlamento dinamarquês (*Folketinget*) junto das instituições da UE, acompanhado da sua equipa, apresentou aos restantes Parlamentos um documento com uma análise abrangente e politicamente estruturada dos desenvolvimentos mais recentes em torno da Gronelândia, num contexto de **acentuada reconfiguração geopolítica no Ártico** e de pressão externa sem precedentes sobre o estatuto do território. Este documento, que está disponível a pedido, faz igualmente referência a dois trabalhos do think-tank do PE sobre esta matéria, que são leituras incontornáveis:

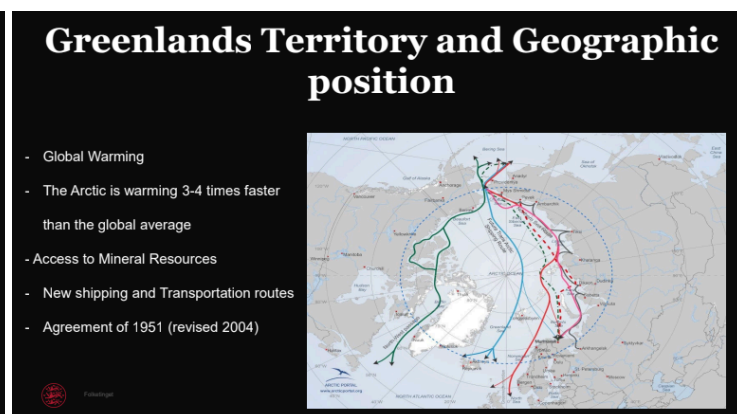
- [Greenland: Caught in the Arctic geopolitical contest](#)
- [Support for associated overseas countries and territories, including Greenland](#)

No centro da posição dinamarquesa e gronelandesa está a reafirmação inequívoca da **unidade do Reino (Rigsfællesskabet)** e da inexistência de qualquer margem para negociação da soberania, da integridade territorial ou dos princípios democráticos. Esta linha vermelha é expressa de forma particularmente clara pela Primeira-Ministra da Dinamarca, ao afirmar que, embora *“tudo possa ser negociado em política — segurança, investimentos ou economia —, não são negociáveis os valores fundamentais: soberania, identidade, fronteiras e democracia”*. O documento sublinha que nem a Dinamarca nem a Gronelândia desejam tornar-se o epicentro

de um conflito entre os Estados Unidos e a Europa, reafirmando simultaneamente a fidelidade histórica à aliança transatlântica e a preferência consistente por soluções cooperativas.

A nota enquadra a crise no **crescimento exponencial do valor estratégico da Gronelândia**, decorrente de vários fatores estruturais: o aquecimento acelerado do Ártico (três a quatro vezes superior à média global), a perspectiva de acesso a recursos minerais críticos, a emergência de novas rotas marítimas e de transporte, e a relevância militar crescente do Alto Norte. Neste contexto, o documento recorda que o interesse dos Estados Unidos na Gronelândia não é novo, remontando ao século XIX, com propostas formais de aquisição em 1867 e 1946, mas que se intensificou de forma significativa nos últimos anos. São detalhadas várias declarações e iniciativas recentes de responsáveis norte-americanos — incluindo afirmações reiteradas de que o controlo da Gronelândia seria uma “necessidade absoluta” para a segurança nacional e internacional dos EUA — culminando, já em janeiro de 2026, na admissão de que Washington estaria a “discutir uma gama de opções” para adquirir o território. Este enquadramento histórico visa demonstrar que a atual crise não resulta de um episódio isolado, mas de uma pressão estratégica de longa duração, agora amplificada pelas transformações geopolíticas globais.

O documento enumera de forma cronológica os **principais acontecimentos de janeiro de 2026**, que marcaram uma escalada política e diplomática rápida: a demonstração pública de unidade entre os governos dinamarquês e gronelandês, afirmando que “a Gronelândia não está à venda”; contactos de alto nível com a administração norte-americana; a realização de uma cimeira em Washington; reuniões com o Secretário-Geral da NATO; e a condução da operação e exercício militar “Arctic Endurance”, liderada pela Dinamarca na Gronelândia, com a participação de vários aliados europeus (incluindo Alemanha, França, países nórdicos, Reino Unido, Países Baixos e Bélgica). O documento destaca ainda o impacto político da decisão norte-americana de anunciar tarifas sobre países participantes na operação militar, condicionando a sua retirada a um acordo sobre a “compra total” da Gronelândia, bem como as declarações feitas pelo Presidente dos EUA no Fórum Económico Mundial de Davos, onde foi anunciado um quadro preliminar para futuras negociações.



Na sequência dos contactos de Davos, o Folketinget identifica um conjunto de **pontos de situação relativamente claros**: a posição dinamarquesa e gronelandesa permanece inalterada quanto à soberania; não está prevista qualquer intervenção militar dos Estados Unidos; foi criado um grupo de trabalho de alto nível para dar continuidade ao diálogo entre Dinamarca, Gronelândia e EUA; as tarifas anunciadas foram retiradas; e espera-se um reforço do envolvimento da NATO no Alto Norte, incluindo na Gronelândia. Em contrapartida, o documento assinala um conjunto de **incertezas estratégicas relevantes**, nomeadamente quanto à persistência de uma eventual exigência norte-americana de transferência de soberania, à possibilidade de

pedidos adicionais relativos a bases militares ou direitos sobre recursos minerais, bem como ao custo político, financeiro e estratégico de um maior envolvimento da NATO na região ártica.

No seu conjunto, o documento posiciona a crise da Gronelândia como **um teste crítico à coesão transatlântica, à credibilidade do multilateralismo e à capacidade europeia de afirmar princípios fundamentais** num contexto de crescente competição entre grandes potências.

4. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES

Secretário-Geral da NATO - SEDE e AFET

Numa audição no Parlamento Europeu (disponível [aqui](#)), o Secretário-Geral da NATO, **Mark Rutte**, afirmou ([aqui](#)) que a Europa não dispõe, no atual contexto estratégico, de capacidade para assegurar a sua defesa sem os Estados Unidos, advertindo que *“se alguém ainda pensa que a União Europeia, ou a Europa no seu conjunto, se pode defender sem os Estados Unidos, continue a sonhar”*. Rutte sublinhou que uma defesa europeia plenamente autónoma exigiria um esforço financeiro muito superior aos atuais objetivos da NATO, da ordem dos **10% do PIB**, bem como o desenvolvimento de uma dissuasão nuclear própria, com custos elevados e a perda do *“garante último da nossa liberdade, o guarda-chuva nuclear americano”*, acrescentando de forma crítica: *“boa sorte!”*. Reconheceu, contudo, que o período em que a segurança europeia podia assentar predominantemente nos Estados Unidos está “terminado”, defendendo um reforço do contributo europeu no quadro da Aliança. Sobre o pilar europeu da NATO, considerou desejável uma abordagem baseada na complementaridade entre a UE e a Aliança, mas alertou que a criação de forças europeias paralelas geraria duplicações e fragilidades estratégicas, observando que tal cenário seria do agrado de Moscovo. Questionado sobre a Gronelândia, esclareceu que existem dois eixos distintos: um diálogo político entre Dinamarca, Estados Unidos e Gronelândia, fora do âmbito direto da NATO, e outro relativo à defesa coletiva do Ártico, envolvendo a Aliança, com o objetivo de impedir um reforço da presença estratégica e económica da Rússia e da China na região. Relativamente à Ucrânia, Rutte destacou a centralidade do apoio militar aliado, estimando necessidades superiores a 60 mil milhões de euros em 2026, e apelou aos Deputados para que adotem flexibilidade na utilização do empréstimo europeu a Kiev, advertindo que *“a Europa constrói a sua indústria de defesa, mas não pode produzir hoje tudo aquilo de que a Ucrânia precisa”* e insistindo que, sem equipamentos provenientes dos Estados Unidos, “a Ucrânia não poderá defender-se”. Por fim, reiterou que a adesão ucraniana à NATO é *“inevitável, mas não possível neste momento”*, sublinhando a importância das garantias de segurança no curto e médio prazo.

O discurso de Mark Rutte no Parlamento Europeu suscitou reações críticas imediatas de vários atores políticos europeus (notícia [aqui](#)). O ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Jean-Noël Barrot, respondeu publicamente que os europeus *“podem e devem assumir a sua própria segurança”*, invocando o pilar europeu da Aliança, enquanto a Deputada Nathalie Loiseau (Renew) classificou a intervenção como *“um momento vergonhoso”*. No mesmo sentido, o Deputado espanhol Nacho Sánchez Amor (S&D) questionou diretamente se Rutte falava como secretário-geral da NATO ou como representante dos interesses dos EUA.

INTA - Acordo comercial UE/EUA

Numa reunião à porta fechada da Comissão do Comércio Internacional (INTA) do Parlamento Europeu, realizada a 26 de janeiro, os Deputados trocaram impressões sobre as relações transatlânticas na sequência das ameaças de retaliação comercial da administração norte-americana e do Conselho Europeu extraordinário convocado para lhes responder. Apesar de o Presidente dos Estados Unidos, **Donald Trump**, ter entretanto recuado na aplicação de sobretaxas a países europeus envolvidos num exercício militar na Gronelândia, os relatores dos dois regulamentos que operacionalizam o acordo comercial UE-EUA de julho de 2025 decidiram não relançar de imediato o processo legislativo, optando por “ganhar tempo” face à incerteza persistente. Vários

Deputados consideraram prematuro avaliar o alcance do acordo-quadro sobre a Gronelândia anunciado em Davos por Trump e pelo Secretário-Geral da NATO, **Mark Rutte**, sublinhando que as ameaças norte-americanas passaram a ter um carácter “estrutural” e imprevisível. Neste quadro, os textos que visam reduzir ou eliminar tarifas sobre produtos americanos ficaram adiados para nova apreciação, estando agendada uma reunião dos relatores para 4 de fevereiro.

IMCO - avaliação da sede da Autoridade Aduaneira Europeia (EUCA)

Em **28 de janeiro de 2026**, os Deputados da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores (IMCO) do Parlamento Europeu realizaram uma sessão de perguntas e respostas com as **idades candidatas a acolher a sede da futura Autoridade Aduaneira Europeia (EUCA)**, no âmbito do procedimento interno de avaliação das candidaturas. A audição (que pode ser vista [aqui](#)) decorreu em dois momentos: na primeira parte, foram ouvidas **Bucareste, Liège, Lille e Málaga**; na segunda, apresentaram-se **Porto, Roma, Haia, Varsóvia e Zagreb**. Durante os intercâmbios, os Deputados solicitaram às cidades que explicassem os seus planos de infraestruturas e demonstrassem a capacidade para apoiar o funcionamento de uma autoridade centralizada, num contexto de crescente complexidade do comércio internacional. A sessão inseriu-se no processo de criação da EUCA, prevista na reforma do Código Aduaneiro da União, e constituiu uma etapa essencial para permitir ao PE comparar as candidaturas antes de definir a sua posição, decisão a tomar conjuntamente com o Conselho. A Comissão Europeia tem uma página dedicada a este processo, [aqui](#).

5. CONSELHO DE MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA UE: IRÃO

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia, reunidos em Bruxelas, acordaram em **inscrever o Corpo dos Guardiões da Revolução Islâmica (CGRI/IRGC) na lista das organizações terroristas da UE**, numa decisão política enquadrada como resposta à repressão exercida pelas autoridades iranianas (detalhe [aqui](#)). A Alta Representante, Kaja Kallas, indicou que a inscrição colocará o CGRI “*em pé de igualdade com a Al-Qaida, o Hezbollah, o Hamas e o Daesh*” e afirmou o princípio de que “quem age como um terrorista deve ser tratado como tal”, acrescentando que “*qualquer regime que mate milhares dos seus próprios cidadãos trabalha para a sua própria perda*”.

Em paralelo, o Conselho aprovou medidas restritivas (sanções) contra 15 indivíduos e 6 entidades associadas à repressão contra a oposição e a práticas de bloqueio e censura da Internet. Entre os indivíduos mencionados constam, designadamente, o ministro iraniano do Interior Eskandar Momeni, o procurador-geral Mohammad Movahedi-Azad, responsáveis policiais e de forças especiais, bem como dirigentes ligados ao CGRI e a estruturas de controlo do acesso à Internet. Entre as entidades visadas, o texto refere o Instituto Masaf (assinalado como desempenhando um papel nas operações de silenciamento da oposição), a autoridade de regulação dos média audiovisuais SATRA, a Seraj Cyberspace Organization, o WGDICC (grupo de trabalho de filtragem e censura), e empresas apontadas como envolvidas em atividades de bloqueio/censura e apoio técnico. Segundo Kaja Kallas, a orientação política destas medidas assenta no princípio de que a repressão “*não pode ficar impune*”, afirmando: “*o diagnóstico é claro*” quanto à gravidade da repressão e do número de mortos, pelo que a UE envia “*uma mensagem clara: reprimir a população tem consequências e serão sancionados*”.

Por fim, o Conselho adotou medidas adicionais no âmbito do regime de sanções relativo ao apoio militar do Irão à guerra de agressão russa contra a Ucrânia, sancionando 4 indivíduos e 6 entidades, incluindo empresas descritas como “*sociedades-e-crã*” e estruturas ligadas ao programa de mísseis e ao fornecimento de componentes críticos (eletrónica e sistemas de orientação resistentes ao bloqueio), bem como um dirigente industrial associado à produção de mísseis balísticos.

Para mais informação: [Lista/visualização das sanções relativas à repressão e censura](#); [Ato jurídico relativo às sanções ligadas ao apoio militar do Irão à Rússia](#).

6. REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

A França, a Espanha e Portugal lançaram, em 26 de janeiro de 2026, uma **iniciativa política conjunta em defesa das regiões ultraperiféricas (RUP)** da União Europeia, formalizada à margem do Conselho [“Assuntos Gerais”](#), com o objetivo de reforçar a consideração específica destes territórios no processo legislativo europeu. A iniciativa surge num momento em que a Comissão Europeia voltou a colocar o tema na agenda política e **apresentará ainda este ano uma nova estratégia para as RUP**, substituindo a anterior, datada de 2022. Segundo o Governo francês, a coligação pretende sensibilizar os Estados-Membros e a Comissão para a necessidade de integrar de forma sistemática as especificidades geográficas, económicas e sociais das RUP na conceção e aplicação da legislação da UE.

Neste contexto, foi recordado que, em novembro de 2025, a França apresentou cerca de **trinta propostas de simplificação normativa** destinadas a reforçar a competitividade das RUP, facilitar as trocas comerciais com os seus espaços regionais envolventes e apoiar a transição ecológica em setores-chave como a agricultura, a pesca, as alfândegas, os auxílios de Estado, a inovação e a energia. Entre as medidas destacadas figura a criação de um **mecanismo de adaptação das regras de proteção da saúde e dos consumidores**, bem como das exigências de marcação CE, para facilitar a circulação de produtos alimentares e não alimentares. Em paralelo, a Comissão está igualmente a preparar uma **iniciativa “omnibus” de simplificação legislativa específica para as RUP**, reforçando a abordagem diferenciada a estes territórios.

Por seu lado, a Espanha sublinhou a importância de assegurar um **financiamento adequado das regiões ultraperiféricas no futuro Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034**, defendendo que a ambição política deve ser acompanhada de meios financeiros consistentes. Recordando que o Conselho Europeu aprovou, no final de 2025, o lançamento da macro-região Atlântica, Madrid defendeu igualmente uma **iniciativa análoga para a criação de uma macro-região Mediterrânica**, alargando o enfoque territorial das políticas europeias e reforçando a dimensão estratégica das regiões ultraperiféricas no quadro global da União.

7. AGÊNCIA EUROPEIA E DEFESA - CONFERÊNCIA ANUAL

À margem da **conferência anual da Agência Europeia de Defesa (EDA)**, realizada em Bruxelas, o Comissário europeu da Defesa **Andrius Kubilius** anunciou a convocação, para 2 de fevereiro, da **primeira reunião do Conselho de Segurança de Aprovisionamento**, órgão criado para apoiar a Comissão na aplicação do primeiro regime europeu de segurança de aprovisionamento no domínio da defesa. Segundo Kubilius, o Conselho permitirá mapear e acompanhar as cadeias de abastecimento, prevenir crises e *“mobilizar o orçamento para eliminar os estrangulamentos das cadeias de aprovisionamento da defesa”*, apoiando simultaneamente a aceleração da produção industrial e o recurso a aquisições conjuntas. O Comissário apontou os mísseis como *“uma prioridade urgente”*, anunciando uma cartografia detalhada das capacidades e dos constrangimentos industriais para acelerar a produção. Na mesma conferência, a Alta Representante **Kaja Kallas** (detalhe [aqui](#)) foi explícita ao afirmar que *“a indústria europeia tem simplesmente de produzir”*, alertando que, caso contrário, *“o dinheiro irá para o estrangeiro”*, e defendendo que, num contexto em que os Estados Unidos *“olham para além da Europa”*, a NATO deve tornar-se *“mais europeia”*, o que exige ação concreta da UE. Esta leitura foi partilhada por Kubilius, que defendeu a construção de um pilar europeu no seio da NATO e a necessidade de *“construir muito rapidamente a nossa independência em matéria de defesa, sem atrasos e sem desculpas”*. Por seu lado, o diretor-geral da EDA, **André Denk**, sublinhou que a cooperação europeia *“nunca foi tão crucial”*, advertindo que as incursões de drones russos demonstram que a ameaça é real e que a Europa *“não pode depender indefinidamente”* dos meios norte-americanos, anunciando propostas iminentes para reforçar o mandato da Agência e intensificar a cooperação desde a inovação às aquisições conjuntas. Mais detalhes sobre a Conferência [aqui](#).

8. QFP 2028-34 E RECURSOS PRÓPRIOS - PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) acaba de publicar o [Parecer 03/2026](#) sobre a proposta de regulamento que estabelece o quadro financeiro plurianual (QFP) para o período de 2028 a 2034, elaborado sob a responsabilidade do Membro do TCE Jan Gregor, e o [Parecer 04/2026](#) sobre a proposta de decisão relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia (UE), elaborado sob a responsabilidade do Membro do TCE Katarína Kaszasová. Estes documentos foram solicitados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia antes do início das negociações políticas. A Comissão propõe um orçamento de **2 mil milhões de euros** (preços correntes), representando um aumento de **59%** face ao QFP 2021-2027, financiado por um sistema alargado de **nove recursos próprios**, incluindo novas taxas sobre resíduos eletrónicos, tabaco, grandes empresas, carbono e comércio de licenças de emissão.

Quanto às despesas, o TCE identifica vários pontos críticos:

- Os **limites máximos do QFP** proposto atingem **1,26% do RNB da UE**, mas, excluindo os reembolsos do Instrumento de Recuperação da UE, o aumento real é mais contido (de **1,13% para 1,15%** do RNB).
- A Comissão propõe reduzir em **20 pontos percentuais** a parte do orçamento gerida em conjunto com os Estados-Membros, o que implica um aumento significativo da gestão direta e indireta pela Comissão, com **riscos administrativos** e possíveis efeitos na **distribuição geográfica das despesas**.
- A redução do número de programas de **52 para 16** poderá simplificar o quadro orçamental, mas o TCE alerta que a simplificação efetiva para os beneficiários dependerá da execução prática e dos mecanismos de controlo, persistindo incerteza quanto aos instrumentos de flexibilidade.
- A proposta melhora a **proteção do orçamento face à inflação**, mas o TCE recomenda cautela quanto à metodologia de ajustamento e às suas consequências financeiras.

No domínio das receitas, o TCE reconhece avanços, mas aponta fragilidades:

- A Comissão estima **mais 58 mil milhões de euros por ano** em receitas adicionais; contudo, **77% dessas receitas continuarão a provir dos orçamentos nacionais**, implicando um aumento anual médio das contribuições dos Estados-Membros de **48%** no próximo QFP.
- A dependência do recurso próprio baseado no **RNB** diminuiu (de **67% para 55%**, em média), mas este mantém o seu papel de equilíbrio, compensando automaticamente eventuais falhas nas outras fontes.
- O TCE **saúda o fim dos mecanismos de correção** (rebates) associados ao RNB, IVA e plásticos não reciclados, por razões de simplicidade e transparência.
- Em contrapartida, alerta que a introdução de **cinco novos fluxos de receitas** torna o sistema global mais complexo e que a tributação direta das empresas pode **colidir com os objetivos de competitividade da UE**.
- O Tribunal recomenda ainda a **reavaliação dos limites máximos dos recursos próprios**, tendo em conta o impacto do empréstimo de **90 mil milhões de euros à Ucrânia**.

Em termos de enquadramento, o TCE sublinha que o atual sistema de financiamento da UE está sob pressão, devido ao aumento das necessidades de despesa e ao início, a partir de 2028, do **reembolso dos empréstimos do Instrumento de Recuperação**.

Pode consultar o [Parecer 03/2026](#) e o [Parecer 04/2026](#) em inglês. O comunicado de imprensa está disponível [aqui](#) nas 24 línguas da UE.

9. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#) e [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 27 de janeiro - [Cimeira UE-Índia](#); 29 de janeiro - [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#) e [Reunião informal dos ministros da Educação](#).

10. AGENDA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões parlamentares](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [10 de fevereiro](#), destacando-se: *Plano de ação contra o cyberbullying*; *Plano de ação sobre segurança dos drones e contra-drones*.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 2 de fevereiro - [Reunião informal dos ministros da Competitividade](#); 3 de fevereiro - [videoconferência informal dos Ministros responsáveis pela Habitação](#); 5 de fevereiro - [Reunião informal dos ministros do Ambiente](#).

Bruxelas | 30 de janeiro de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)